

**Formação e apoio familiar em cabo verde.
O relato da experiência dos técnicos e dos participantes.**

**Training and family support in Cape Verde.
The experience report of technicians and participants.**

**Formación y apoyo familiar en Cabo Verde.
El relato de la experiencia de los técnicos y de los participantes.**

Adriana Sofia Correia
Universidade do Algarve, Portugal
E-mail: adrianasgcorreia@gmail.com

Ana Marta Keong
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal
E-mail: martakeong@gmail.com

Cristina Nunes
Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Algarve, Portugal
E-mail: csnunes@ualg.pt

Victoria Hidalgo
Universidade de Sevilha, Espanha
E-mail: victoria@us.es

Saúl Neves de Jesús
Centro de Investigação sobre Espaço e as Organizações, Universidade do Algarve, Portugal
E-mail: snjesus@ualg.pt

Formação e apoio familiar em cabo verde.

O relato da experiência dos técnicos e dos participantes.

Training and family support in Cape Verde.

The experience report of the technicians and the participants.

Formación y apoyo familiar en Cabo Verde.

El relato de la experiencia de los técnicos y de los participantes.

Adriana Correia¹, Ana Keong², Cristina Nunes³, Victoria Hidalgo⁴, Saúl Jesús⁵

¹Universidade do Algarve, Portugal, ²Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal, ³Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Algarve, Portugal, ⁴Universidade de Sevilha, Espanha, ⁵Centro de Investigação sobre Espaço e as Organizações, Universidade do Algarve, Portugal

Resumo

o programa de Formação e Apoio Familiar (FAF) é um programa de intervenção com famílias em risco psicossocial, desenhado para ser integrado em ações preventivas e formativas, com a finalidade de promover a parentalidade positiva e prevenir o maltrato infantil. Utiliza uma metodologia experiencial e participativa. Nesta aplicação do programa realizaram-se 12 sessões grupais, com uma periodicidade semanal, durante quatro meses. Contámos com a participação de 66 famílias cabo-verdianas, e com o apoio da Câmara Municipal da Boavista e do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente. Neste artigo, pretendemos apresentar alguns aspetos da implementação do programa neste contexto, destacando algumas experiências adquiridas a serem consideradas na promoção da parentalidade positiva com famílias em países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Famílias em risco psicossocial, Formação e apoio parental, Intervenção psicoeducativa, Parentalidade positiva.

Abstract

The Family Training and Support Program (FAF) is an intervention program with families at psychosocial risk, designed to be integrated into preventive and formative actions, with the purpose of promoting positive parenting and preventing child abuse. This program uses an experiential and participatory methodology. In this application, 12 group sessions were held, with a weekly periodicity, for four months. The participants were 66 Cape Verdean families, with the support of the Boavista City Hall and the Cape Verdean Children's Institute. In this paper we present some aspects of the implementation of the program in this context, highlighting some acquired experiences to be considered in promoting positive parenting with families in developing countries.

Keywords: Families at psychosocial risk, Parental training and support, Psychoeducational intervention, Positive parenting.

Resumen

El programa de Formación y Apoyo Familiar (FAF) es un programa de intervención con familias en riesgo psicossocial, diseñado para integrarse en acciones preventivas y formativas, con el propósito de promover una parentalidad positiva y prevenir el maltrato infantil. Este programa utiliza una metodología experiencial y participativa. En esta aplicación se realizaron 12 sesiones grupales, con una periodicidad semanal, durante cuatro meses. Contamos con la participación de 66 familias de Cabo Verde y con el apoyo del Ayuntamiento de Boavista y del Instituto de Niños de Cabo Verde. En este artículo presentaremos algunos aspectos de la implementación del programa en este contexto, destacando algunas experiencias adquiridas para ser consideradas en la promoción de la parentalidad positiva con familias en países en desarrollo.

Palabras clave: Familias en riesgo psicossocial, Formación y apoyo parental, Intervención psicoeducativa, Parentalidad positiva.

O programa de *Formação e Apoio Familiar (FAF)* é um programa de intervenção de carácter psicoeducativo e comunitário, que pretende melhorar as competências e habilidades parentais, através de uma metodologia participativa e experiencial. Apresenta como principais objetivos: (a) a melhoria nas práticas educativas utilizadas pelos pais, (b) o fortalecimento dos sentimentos de segurança no seu desempenho como pais e mães, e (c) a promoção da integração comunitária das famílias (Hidalgo et al., 2011).

Desde o ano 2009, o FAF foi implementado ininterruptamente em todos os Centros Sociais da cidade de Sevilha (Espanha), e depois de vários anos de aplicação piloto e revisão, a versão final do programa FAF (Hidalgo et al., 2011) foi incluída no Plano Municipal de Prevenção e Atendimento à Criança e ao Adolescente em situações de risco (Hidalgo et al., 2014). Posteriormente, a adaptação cultural do programa e a sua replicação foi alargada e reproduzida noutros países, nomeadamente no Perú (Maya & Hidalgo, 2016), Portugal, e Cabo Verde.

Dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2017), apontam para uma percentagem de 56,5% crianças, dos 0 aos 6 anos, fisicamente agredidas pelos cuidadores, bem como um crescente aumento de denúncias integradas no Plano Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – programa que conta com diversas organizações Cabo-Verdianas e coordenado pelo Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA).

Estes dados demonstram a importância da implementação de programas psicoeducativos junto dos pais cabo-verdianos, que possibilitem a promoção de competências, a redução do stress parental, e o desenvolvimento de estratégias educativas adequadas às crianças. Pois, de acordo com vários estudos científicos, a implementação de programas de parentalidade positiva tem um elevado potencial para reduzir o nível de risco e maltrato infantil (Knerr, Gardner, & Cluver, 2013) e, assim, promover o bem-estar infantil (Ayala-Nunes, Jiménez, Jesus, Nunes, & Hidalgo, 2018).

O maltrato infantil

Tudo começou após uma experiência de voluntariado num jardim de infância na Ilha da Boa Vista, em Cabo Verde. O que nos incomodou começou aqui. O que nos moveu começou aqui. E a nossa equipa constituiu-se aqui.

Éramos duas psicólogas portuguesas que a vida juntou no continente africano sem a nossa intenção. Partilhámos a mesma realidade e ambas voltámos desta experiência com o sentimento de que, a única coisa que efetivamente gostávamos que fosse diferente, era a forma como as crianças eram tratadas. É difícil chamar maltrato infantil a atitudes perpetradas por pessoas de quem aprendemos a gostar, e as quais entendemos – seja por motivos culturais ou mesmo emocionais. Mas as práticas educativas a que assistimos eram efetivamente maltrato. Das mães e pais para os filhos. Das educadoras para as crianças, com a convivência e incentivo dos pais. E das crianças entre si, que se maltratavam já com banalidade, dizendo

inclusivamente que é uma brincadeira. Mas a força que usavam, não é uma brincadeira.

Sobre o maltrato infantil, a Organização Mundial de Saúde (2016) aponta para todos os abusos e negligências que ocorrem a crianças menores de 18 anos de idade. Dentro do maltrato infantil, estão incluídos todos os tipos de maus tratos físicos e / ou emocionais, abuso sexual, negligência e exploração comercial ou outra, que resulte em dano real ou potencial à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Por vezes, a exposição à violência praticada pelo parceiro íntimo também é considerada como uma forma de maltrato infantil.

Em Cabo Verde, existe um regulamento que se denomina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 50/VIII/2013). Segundo este, o sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente integra instituições dos setores público e privado e de carácter comunitário, nomeadamente o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), os Tribunais e o Ministério Público, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), Comités Municipais de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDDC), Organizações Não Governamentais (ONG) e Associações Comunitárias de Base (ACB). O mesmo estatuto diz ainda que, nos termos da lei, as crianças e os adolescentes têm direito à vigilância e proteção em qualquer lugar público ou privado e que os organismos competentes do Estado têm a responsabilidade especial de supervisionar, recolher e acolher todas as crianças de e na rua (Governo de Cabo Verde, 2014).

No ano de 2017, foi instituído o Dia Nacional Contra o Abuso e Exploração Sexual de Menores, 4 junho, no seguimento de uma petição pública que reuniu mais de 12 mil assinaturas, dada a incidência e relevância sobre um fenómeno crescente em Cabo Verde e que afeta toda a sociedade. Ainda no início desse ano, o Governo Cabo-verdiano aprovou o Plano de Combate à Violência Sexual sobre Menores, que conta com o apoio da UNICEF e é coordenado pelo Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA). Este plano teve por base um estudo que demonstra os seguintes dados:

(a) o Programa de Emergência Infantil do ICCA viu quadruplicar o número de denúncias quando comparados os períodos 2005-2009 com 2010-2014;

(b) as raparigas menores de 12 anos são as principais vítimas de abusos sexuais;

(c) os agressores são habitualmente o pai, o padrasto, o tio ou irmão ou ainda o vizinho, o amigo de família ou o padrinho;

(d) na origem de casos de abuso sexual, foi apontada a promiscuidade habitacional em resultado da pobreza, bem como a situação de desemprego dos pais que enviam as filhas a procurar formas de subsistência familiar, ou das mães que incitam as filhas menores a envolverem-se com adultos com emprego fixo;

(e) muitos dos casos são perpetrados por adultos com histórico de abuso de álcool;

(f) há uma tendência para a não denúncia de casos, relacionada com a dependência económica da família em relação ao agressor, com

a preservação da moral familiar e a salvaguarda da vítima do estigma com vista a um futuro casamento, muitas vezes com o próprio agressor;

(g) a exploração sexual de crianças e adolescentes está também relacionada com o turismo, havendo indícios desta prática nas ilhas do Sal e Boavista;

(h) o fornecimento de informações aos turistas sobre espaços de exploração sexual de crianças por taxistas e rececionistas de hotéis é uma prática comum identificada (Lusa, 2017).

Aplicação do FAF com famílias da Ilha da Boa Vista, em Cabo Verde

Os dados estatísticos, as notícias nos meios de comunicação, e os próprios técnicos que trabalham com famílias, constataam a realidade e a necessidade de implementar apoios e intervenções que sejam promotores de outras vivências, mais próximas do bem-estar e favorecedoras de qualidade de vida, para as crianças e para os pais.

Procurámos implementar um projeto neste sentido, e num seminário de especialização do doutoramento em Psicologia da Universidade do Algarve, tomámos conhecimento do FAF, que estava nesse preciso momento a ser aplicado em Portugal. Para ficarmos aptas a aplicar o programa, recebemos formação específica pela equipa da Universidade de Sevilha, autora do programa, e recebemos ainda conhecimentos da equipa que havia aplicado o programa no Perú, que, pelas características próprias de um país em desenvolvimento, nos foi bastante útil na adaptação cultural do programa à realidade de Cabo Verde.

Apresentámos o nosso projeto à Câmara Municipal da Boa Vista (CMBV) e ao Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), e com o apoio e colaboração de todos, demos início à sua implementação na Ilha da Boa Vista.

Os pais e mães que participaram neste estudo foram selecionados e convidados pelos técnicos profissionais do ICCA, técnicos profissionais da área social e da educação da CMBV, professores do ensino básico, e através de inscrição pelos próprios pais após apresentação do Programa FAF nas reuniões escolares de início de ano letivo.

Deste estudo fizeram parte 66 famílias (56 mães e 10 pais), sendo que o grupo de intervenção contou com 42 participantes, enquanto 24 ficaram no grupo de controlo, de acordo com o interesse e disponibilidade de cada pai e mãe.

Do grupo de intervenção, formaram-se três subgrupos, em três horários e locais diferentes (quartas-feiras de manhã no Centro de Artes e Cultura; sextas-feiras ao final do dia no Liceu; sábados à tarde na escola do Bairro da Boa Esperança), de forma a expandir as possibilidades de os pais participarem nas sessões e respeitar as suas preferências. Uma vez iniciada a intervenção num dos subgrupos, não existia a possibilidade de mudarem para outro. Aos participantes que aceitaram participar nas sessões de intervenção e compareceram a duas sessões, foi realizado o pré-teste. No caso de não terem disponibilidade ou interesse em participar nas sessões de grupo, foram agendadas entrevistas individuais, para análise do perfil

psicossocial e das competências parentais (pré-teste) das famílias da Boa Vista, e integrarem, deste modo, o grupo de controlo. Após a intervenção, foram realizadas novamente as entrevistas de pós-teste a ambos os grupos, e seis meses depois, o follow-up.

A intervenção realizou-se em 12 sessões para cada subgrupo, com uma periodicidade semanal (existindo uma interrupção para as comemorações festivas da época) e uma duração de duas horas. De maneira a fortalecer a relação entre os participantes, foi oferecido um lanche, durante ou no final de cada sessão.

Foram realizadas algumas adaptações culturais dos conteúdos, como o uso de palavras e expressões comuns da língua portuguesa, e as atividades escolhidas foram reajustadas ao nível educacional da população.

Os temas abordados e as atividades realizadas são os que constam do manual do programa FAF (Hidalgo et al., 2011), selecionados de acordo com as características dos participantes e as necessidades de intervenção identificadas, entre os quais: desenvolvimento infantil (atividades 2, 3 e 4), desenvolvimento adolescente (atividades 2, 3 e 5), desenvolvimento adulto (atividades 2 e 3), sistema familiar (atividades 3, 5 e 6), estilos educativos (normas e disciplina – atividades 4 e 5; e afeto e comunicação – atividades 2, 3, 4 e 5), resolução de conflitos (atividades 2, 4 e 5), comportamentos sexuais de risco e consumos de substâncias (atividades 4, 5 e 6).

Da experiência dos técnicos que aplicaram o programa

Consideramos que os resultados de adesão foram muito positivos, uma vez que em média os participantes assistiram a 63% das sessões do seu subgrupo e só 14% não finalizaram o programa de intervenção. Inclusive nas reuniões de apresentação do programa, foram bem explícitas opiniões dos pais que nos diziam “*Era disto que estávamos a precisar*” (M., avó, 54 anos), e os números falam por si: dos 66 entrevistados, apenas 24 não participaram nas sessões de grupo (muitos por não terem disponibilidade de horário, poucos por não estarem interessados).

Na sua maioria, os pais demonstraram-se envolvidos e motivados em participar no programa. As motivações mais apontadas pelos pais para participarem nas sessões de grupo foram: por estarem preocupados em melhorar enquanto pessoas (41%) e melhorar enquanto pais (63%); e para melhor conhecerem os seus filhos e conseguirem dar-lhes uma melhor resposta (85%). Embora os pais sintam estas necessidades, muitas vezes não sabem onde procurar ajuda ou orientação, porque os profissionais que existem na Ilha da Boavista, embora lhes seja reconhecido todo o mérito, existem em número insuficiente para a quantidade de solicitações da população.

Cabo Verde, assim como tantos outros contextos, precisa de mais recursos humanos para suprir as inúmeras carências com que se depara. A pobreza de que se fala nos países em desenvolvimento está patente na dificuldade que os organismos sociais têm para conseguir dar resposta às necessidades imediatas e primordiais. E está patente também no dia-a-dia das famílias, ao apontarem como principal fator estressante os problemas económicos, tanto no presente (20%) como no passado (33%). Atrás deste, seguem-se os conflitos conjugais,

problemas laborais e maltrato na vida adulta. Dados que ilustram histórias de vida difíceis, do ponto de vista funcional e emocional, e que coincidem com a descrição das condições de vida e das famílias em países em desenvolvimento, onde a pobreza e a violência persistem (Gonzales, 2017; Jiménez & Hidalgo, 2016; Kotchick & Forehand 2002; Krug et al. 2002; Long, 2016; Maya & Hidalgo, 2016).

Pensemos, por exemplo, como será a vivência de uma mãe que trabalha por turnos, num hotel a uma hora de distância de casa, com três filhos, separada ou com marido alcoólico, e com 250 CVE por mês (quando uma renda de uma habitação custa em torno de 200 CVE)? A questão que colocam muitas vezes a si próprias é: deixo o meu filho trancado em casa ou na rua? O que lhe pode acontecer enquanto eu estiver a trabalhar? Como ter dinheiro para alimentar e educar todos? Como conseguir manter-me bem, para cuidar bem dos meus filhos? Se decidir que é melhor separar-me, como irei sustentar os meus filhos e uma casa sozinha?

Estas foram as questões iniciais. Confrontámo-nos com a ausência de respostas. Pensámos que quando as necessidades básicas não estão satisfeitas, dificilmente se satisfazem outras. Mas o que experienciámos, todos juntos (técnicos e participantes), é que se as funções afetivas e emocionais estiverem estabilizadas, mais facilmente os pais conseguem ser funcionais, melhorando a sua capacidade de resposta adequada aos filhos. Assim foi vivida a parentalidade positiva ao longo do programa. Trabalhar e potencializar os pontos fortes, mais do que apenas nos focarmos nas dificuldades. Atitudes positivas, geram respostas positivas. Seja de técnicos para com as famílias. Seja dos pais para com os filhos.

Apesar de o contexto não ser facilitador, de acordo com a avaliação realizada em pré-teste, os participantes sentiam-se satisfeitos e competentes na sua função enquanto pais, pois os resultados demonstraram um nível médio-alto de eficácia e um nível moderado de satisfação percebida. O que vai ao encontro de tantos discursos que nos revelavam *"Eu gosto de ser mãe e sou boa mãe, mas gostaria de poder dar mais, de fazer melhor para os meus filhos"* (S., mãe, 33 anos). Assim, a essência do trabalho de todos foi principalmente reforçar as competências que já eram positivas, e procurar melhorar e aprender outras.

A comparação dos dados do pré e pós-teste, para avaliar a eficácia do programa e as mudanças que possa ter provocado nos participantes, é matéria de outros estudos, de natureza quantitativa. No presente estudo, sobre o que sentimos ao longo desta experiência e o que ficou dela, podemos dizer: conseguimos! Conseguimos concretizar a implementação do FAF em Cabo Verde. Mas conseguimos mais que isso.

Quando ainda estávamos na fase de achar uma loucura mudarmos as nossas vidas para implementarmos este programa em Cabo Verde, o nosso pensamento era: "Por muito pouco que possamos fazer, se conseguirmos chegar a pelo menos a uma pessoa que seja, e contribuir para a mudança de comportamento na parentalidade, já será uma melhoria". Este era o nosso objetivo primordial. E este sabemos que conseguimos.

Estávamos a meio do programa, depois da sexta sessão das 12 planificadas, na interrupção para as férias de Natal e da Passagem

de Ano, quando uma das mães nos liga a pedir ajuda. Ficámos apreensivas, pois parecia grave. Dada a urgência marcámos uma sessão individual, e esta mãe, que sempre adotara uma postura mais reservada nas sessões de grupo, expôs que a sua filha havia tirado 5.000CVE da carteira da madrinha e que não sabia o que fazer, uma vez que lhe batia frequentemente com o cinto e sentia que nada resultava. Desta vez, esta mãe não bateu e escolheu pedir orientação e ajuda. A filha, por sua vez, achou muito estranho que a mãe não lhe tivesse batido. Neste momento e neste caso, a intervenção necessitou de passar pontualmente para outro patamar, mas só aconteceu porque o trabalho que estávamos a desenvolver tinha provocado algum efeito. Sentimos uma mudança, numa pessoa, numa mãe, e sentimos um gostinho a vitória no nosso objetivo primordial, que nos motivou a querer mais e a fazer melhor. Com mais entusiasmo.

Outra vitória que podemos constatar nesta experiência são as relações que foram criadas e que ainda hoje se mantêm entre nós e as mães, mas principalmente entre elas. Para facilitar a comunicação durante as sessões, criámos grupos no *Messenger*, de acordo com os subgrupos. Mas quando se realizou a festa final de encerramento do programa, com almoço partilhado e entrega de diplomas a todos os subgrupos em conjunto, surgiu a necessidade de criar um grupo conjunto – FAF Total, onde todos os participantes partilharam fotografias, comentários e contactos. E esta comunicação foi-se mantendo ao longo de muitos meses depois do final do programa, sendo este um espaço online onde as mães partilham novidades de si próprias e das suas vidas, como o nascimento de uma criança, mais uma gravidez, a abertura dos seus próprios negócios, as suas experiências, dúvidas e conselhos, bem como muita informação sobre a parentalidade, que vão encontrando e publicando no grupo.

Da experiência dos participantes no programa de intervenção

Ainda sobre estes laços de apoio social, e sobre a opinião geral das sessões de grupo, os relatos são claros:

H., mãe, 35 anos

"Antes passávamos na rua e não falávamos. Agora quando nos encontramos, paramos, cumprimentamos e conversamos sobre as nossas vidas. Fiz boas amizades com pessoas que conhecia mas nunca tinha falado (...). Todas as vezes que eu e as outras meninas das reuniões nos encontramos na rua, falamos sempre da falta das nossas reuniões".

F., mãe, 34 anos

"Foi uma experiência boa. Convivi com todos os tipos de famílias, umas com mais problemas que outras. As mães, cada uma com a sua mentalidade, com a sua forma de educar. E aprendi muito. Mudei muito em relação aos meus filhos e continuei muito a outra parte que aprendi, a parte positiva. Éramos mais... como hei de dizer, éramos mais selvagens. Aprendi mais a dar prioridades a certas coisas, que para nós não eram importantes, como organizar a casa e as rotinas"

A., mãe, 37 anos

"Para mim o programa foi muito bom. Já tinha alguns conhecimentos porque eu pesquisei muito, mas na prática foi diferente, porque entrámos em contacto uns com os outros, diferentes problemas... foi muito bom. Aprendi mais, como lidar com os meus filhos, com os

problemas deles. Não só com os meus filhos, mas também com os sobrinhos, porque eu tenho os sobrinhos em casa. Ajudou bastante”.

N., mãe, 37 anos

“Esta formação foi muito importante porque me deu muita coragem e força, para saber enfrentar problemas, para saber estar na sociedade, e pela maneira como aprendi a lidar com os problemas na minha vida pessoal. Para eu ser mais amada e mais próxima dos meus filhos, mais carinhosa, mais atenciosa. Eu fiquei uma mãe mais prezada, mais apreciada, sempre preocupada com os meus filhos. Cada vez mais eu tornei-me forte, eu fui uma mãe forte. Forte, batalhadora, vencedora, tudo!”

H., mãe, 46 anos

“Eu chamo-me H. Eu estava naquele grupo do ICCA, das crianças, nos fomos à formação, estivemos nas reuniões, nós éramos tantas mulheres. Nós fomos todas e fizemos a formação, recebemos o nosso diploma, nós estamos contentes. A nossa situação é péssima com algumas coisas, nos alimentos. Nós precisamos de algumas coisas, porque em Cabo Verde nós somos coitados. Nós temos de ter mais coisas para nós, que nos ajudem e nos deem apoio, para nós mães, para todas as mães. Adorámos. Obrigada”.

N., mãe, 34 anos

“De uma forma geral eu adorei as nossas sessões, porque abordámos vários temas e todos foram temas de extrema importância, e realmente eu não tinha ainda parado para pensar. Alguns já tinha parado para pensar, mas a maior parte não. Aqui, eu via que tinha esse défice e mesmo psicólogos para ir marcar uma consulta particular são muito poucos, acho que um talvez, havia, depois veio uma outra, ultimamente. Mas nas escolas, nós não tínhamos nada como o programa, nem mesmo psicólogos para acompanhar o aluno. E muito menos para o encarregado de educação. Porque muitas vezes nós não temos ideia daquilo que se passa na escola, mesmo que costumemos vir aqui de vez em quando ou falar com o professor..., mas há outras coisas. Acho que se houver psicólogos para fazer um acompanhamento como este é muito melhor. Eu vou ficar com pena, que já terminámos. Foi muito, muito bom. Foi uma grande ajuda, como mãe, como encarregada de educação, mesmo para mim mesma, foi muito bom”.

Perante os relatos de experiências e reflexões retiradas da aplicação do programa FAF na Ilha da Boa Vista, podemos considerar que o saldo foi positivo e que a vontade de continuar a desenvolver esta intervenção, acompanha a necessidade sentida pelos participantes, pelas instituições envolvidas e pela comunidade em geral, que se foi inteirando ao longo da realização do programa, fazendo questões e procurando informação.

Referências:

- Ayala-Nunes, L., Jiménez, L., Jesus, S., Nunes, C., & Hidalgo, V. (2018). An Ecological Model of Well-Being in Child Welfare Referred Children. *Social Indicators Research, 140*(2), 811-836.
- Gonzales, C. (2017). Expanding the cultural adaptation framework for population-level impact. *Prevention Science, 18*, 689-693.
- Governo de Cabo Verde (2014). Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 50/VIII/2013, do B.O. I Série, nº 70, de 26 de dezembro. Disponível em <https://www.dol.gov/ilab/submissions/pdf/CaboVerde20141204.pdf>. [Consultado a 27/06/2018]
- Hidalgo, V., Menéndez, S., López, I., Sánchez, J., Lorence, B. & Jiménez, L. (2011). *Programa de Formación y Apoyo Familiar*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla.
- Hidalgo, V., Sanchez, J., Lorence, B., Menendez, S., & Jiménez, L. (2014). Evaluación de la implementación del Programa de Formación y Apoyo Familiar en Servicios Sociales. *En: Escritos de Psicología, 7*(3), 33-41. 10.5231/psy.writ.2014.121
- INE Cabo Verde (2017). Curiosidades sobre a criança em Cabo Verde. Disponível em http://ine.cv/wp-content/uploads/2017/11/dados-crianca_.pdf [Consultado a 29/06/2018]
- Jiménez, L., & Hidalgo, V. (2016). La incorporación de prácticas basadas en evidencias en el trabajo con familias: los programas de promoción de parentalidad positiva. *En: Apuntes de Psicología, 34*(2-3), 91-100.
- Kotchick, B. A., & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of Child and Family Studies, 11*, 255-269.
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *Lancet, 360*(9339), 1083-1088.
- Lusa (2017). Cabo Verde cria Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de menores. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/cabo-verde-cria-dia-nacional-de-luta-contra-o-abuso-e-exploracao-sexual-de-menores-8523383.html> [Consultado a 27/06/2018]
- Maya, J., & Hidalgo, V. (2016). Evaluación de la implementación del Programa de Formación y Apoyo Familiar con familias peruanas. *En: Apuntes de Psicología, 34*(2-3), 77-86.
- Knerr, W., Gardner, F., & Cluver, L. (2013). Improving positive parenting skills and reducing harsh and abusive parenting in low and middle-income countries: A systematic review. *Prevention Science, 14*(4), 352-363. doi:10.1007/s11121-012-0314-1.
- World Health Organization (2016). *Child maltreatment. Fact sheets*. Disponível em <http://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>. [Consultado a 27/06/2018]